



Ministério da Educação

ATA DE REUNIÃO

ATA DA 7ª REUNIÃO DO GRUPO DE TRABALHO DO PLANO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL (GT-PNAES) em dezesseis de setembro de dois mil e vinte e cinco, com início às nove horas e vinte e quatro minutos e com término às doze horas e trinta e seis minutos, a reunião teve como objetivo central a discussão sobre **MONITORAMENTO**, no contexto da regulamentação do art. 31 da Lei nº 14.914/2024 que institui a Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), sancionada em 2024, tendo por parâmetro de análise o **SISPNAES** (Sistema do Programa Nacional de Assistência Estudantil). A reunião foi realizada na plataforma virtual *Teams*. Estiveram presentes, como membros do Grupo de Trabalho (GT) instituído pela Portaria nº 244, de 14 de abril de 2025 e participantes convidados: Fábio da Silva Paiva, Representante da Secretaria-Executiva (SE/GAB/MEC); Artur Antônio dos Santos Araújo, Coordenador-Geral (SESU/DIPPES/MEC); Adriana Carla Teixeira da Costa Brito, Coordenadora de Relações Estudantis (CGRED/DIPPES/SESu); Itamá Rodrigues Silva Filho, Chefe de Serviço (CGRED/DIPPES/SESu); Lúcia Campos Pellanda, Coordenadora-Geral (SESu/GAB/MEC); Alexandre Brasil Carvalho da Fonseca, Diretor da Secretaria Executiva – SE/MEC; Sandro Augusto Silva Ferreira, Representante suplente da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES); Alexandre Dourado (Consultor da Secretaria-Executiva do MEC); Marcelo da Silva Venceslau, Especialista em Relacionamento com o Negócio (MEC/STIC); Lucas Piaia Petrocino, Representante da Associação Nacional dos Pós-Graduandos (ANPG); Carlos Eduardo Moreno Sampaio, Diretor e Representante do INEP; Leticia Santos da Silva, Diretora de Relações Institucionais e representante da União Nacional dos Estudantes – UNE; Rafaela Campos Sardinha, Tecnologista em Informações e Avaliações Educacionais, Representante do INEP; Carolynne Maria Granja Ferraz, Coordenadora-Geral de Legislação e Normas de Regulação e Supervisão da Educação Superior; Giovanna Megumi Ishida Tedesco, Coordenadora-Geral de Avaliação (SEGAPE/MEC); Mariana Chagas Lima, Diretora de Relações Institucionais e Representante da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas - UBES; Nathalia da Mata Atroch, Representante do Fórum de Políticas Estudantis do Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (FPE/CONIF); Tobias Pereira Soares Filho, Técnico em Assuntos Educacionais (SE/SCA/MEC); Pedro Rodrigues de Alencar, Diretor de Assistência Estudantil e Humanização - Universidade do Distrito Federal/ ABRUEM; Elayne Messias Passos, Chefe de Assessoria de Participação Social e Diversidade/MEC; Svetlana da Silva Ribeiro Chaves, Assessora da ASPAD/MEC; Lilian Carvalho do Nascimento, Coordenadora-Geral de Programas de Educação Superior (CGPES/SESu); Cláudio Gomes Barbosa, Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis da Universidade Federal de Minas Gerais - PRAE/UFMG; Amanda Machado dos Santos, Assessora de Gabinete da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação (SETEC/MEC); Cinthia de Andrade Pereira, Representante do Fórum Permanente de Educação do Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (FPE/CONIF); Yann Evanovick Leitão Furtado, Coordenador-Geral da Juventude (CGJUV/SECADI/MEC). A reunião foi iniciada por **Tobias Pereira Soares Filho** (SE/SGA/MEC), que apresentou o tema da reunião, destacando o foco no artigo 31 da Lei da PNAES, que trata do monitoramento e controle. Ressaltou a importância do sistema SISPNAES como ferramenta nesse processo e enfatizou a necessidade de colaboração do GT para identificar indicadores e ferramentas que garantam transparência e controle social. Por fim, informou que a reunião contará com a participação de Alexandre Dourado, colaborador no desenvolvimento do SISPNAES. Após, **Artur Antônio dos Santos Araújo** (SESU/GAB/MEC) reforçou a relevância do monitoramento como elemento central da política, indo além de uma tarefa burocrática. Destacou que o monitoramento garante transparência, equidade e eficácia na aplicação dos recursos. Apontou o desafio de construir um sistema inteligente e eficiente, que integre gestores e comunidade acadêmica, subsidiando decisões estratégicas. Apresentou os convidados:

Alexandre Dourado (SISPNAES) e Marcelo da Silva Venceslau (SISBP), que contribuirão com reflexões técnicas e conceituais sobre o artigo 31. Indicou que os dados do SISPNAES já vêm sendo utilizados pelas equipes da SESU e SETEC, mesmo em fase de desenvolvimento. Finalizou propondo que os convidados compartilhem suas visões iniciais para futura formulação da proposta de sistema de monitoramento e controle. Informou que a reunião contará com a participação de Alexandre Dourado, colaborador no desenvolvimento do SISPNAES. **Amanda Machado dos Santos Duarte** (SETEC/GAB/MEC) se apresentou e deu as boas-vindas aos participantes e destacou a importância de escuta sobre o assunto para posteriores debates. Posteriormente, a palavra foi repassada para **Alexandre Dourado**, consultor da Secretaria-Executiva (SE), informou que o sistema SISPNAES já está em operação há cerca de seis meses, com diversas funcionalidades já implementadas. Destacou que atua no Ministério da Educação (MEC), em parceria com a SESU e a SETEC, e está à frente do projeto de desenvolvimento do sistema de monitoramento do PENAES. Ressaltou que o projeto está em andamento há aproximadamente 45 meses, com dados de 2024 já coletados e diversas melhorias realizadas e que o sistema está em constante evolução, sendo ajustado conforme as necessidades do MEC e das instituições de ensino. A apresentação foi dividida em três partes: Motivação e criação do sistema: Marcelo explicou que o SISPNAES foi criado para centralizar informações, padronizar dados entre as instituições e apoiar auditorias, especialmente em resposta às demandas dos órgãos de controle; Situação atual: Sobre a atuação situação, Marcelo afirmou que a coleta de dados dos anos de 2023 e 2024 está praticamente concluída, com início da coleta do primeiro semestre de 2025. Destacou que, paralelamente, estão sendo realizadas análises dos dados para identificar padrões, inconsistências e gerar indicadores que apoiem a tomada de decisão e por último, abordando as perspectivas futuras, salientou que se planeja disponibilizar ferramentas para instituições que ainda utilizam métodos manuais (como planilhas Excel), integrar o sistema com outras bases de dados (como ENEC e SGB), criar dashboards interativos e aprimorar a governança de dados, infraestrutura e segurança. Após, a palavra foi repassada para **Marcelo da Silva Venceslau** (STIC/CGSA/G4F), que iniciou sua fala se apresentando como responsável técnico por sistemas ligados ao MEC, atuando nos bastidores com apoio à SESU em programas como o Bolsa Permanência (BP) e o SIGPET. Destacou sua experiência desde 2013 em órgãos como o INEP, com atuação tanto na área técnica quanto de apoio à gestão. Ressaltou a importância do monitoramento como elemento central da política pública, comparando-o ao painel de um carro — essencial para garantir a execução eficiente e segura. Complementou que o monitoramento deve ser acompanhado da avaliação, que mede o impacto e os resultados da política. No caso do Bolsa Permanência, afirmou não haver ainda indicadores formais de avaliação, mas o sistema oferece indícios, como o tempo de permanência dos alunos no programa. Sobre o Sistema SisBP, explicou que se trata de uma plataforma de gestão do Programa Bolsa Permanência, instituído pela Portaria nº 389/2013, voltado à elegibilidade de beneficiários e à alocação de vagas e recursos. Destacou que o sistema permite que o gestor do MEC acompanhe a demanda por meio das inscrições abertas durante todo o ano, o que facilita o planejamento financeiro e a distribuição de vagas. Marcelo destacou que o sistema também oferece autonomia aos pró-reitores das instituições, permitindo uma gestão individualizada das vagas, com base nas inscrições e classificações dos alunos (indígenas e quilombolas), conforme previsto na portaria. Sugeriu ainda que, devido à proximidade do SIGPET com os fluxos de prestação de contas, seria interessante incluir representantes como Vinícius nas discussões do GT, para fortalecer a integração entre monitoramento e prestação de contas. Marcelo detalhou o funcionamento do Sistema Bolsa Permanência (SISBP), destacando que ele é uma plataforma de gestão voltada à Portaria nº 389/2013, com foco na elegibilidade dos beneficiários, alocação de vagas e recursos, e homologação periódica das bolsas. Explicou que o processo de homologação é realizado mensalmente pelos pró-reitores das instituições, que têm autonomia para autorizar ou revogar bolsas com base no cumprimento dos critérios definidos pela portaria. Ressaltou que essa etapa é essencial para o monitoramento da política, pois garante que apenas alunos elegíveis recebam os benefícios. Além disso, destacou que os pró-reitores respondem mensalmente a um questionário de avaliação, que coleta dados sobre o desempenho dos alunos e a efetividade da política, contribuindo para futuras análises e ajustes. Marcelo destacou que o SisBP é um sistema híbrido e multifuncional, que cobre todo o ciclo de vida do aluno dentro do programa — desde a inscrição até o recebimento da bolsa — e permite uma gestão estruturada e integrada entre os diferentes atores: aluno, pró-reitor, coordenador do programa e o FNDE. Por fim, reforçou que o FNDE é o responsável final pela execução dos pagamentos, realizando auditorias mensais para verificar a regularidade dos

beneficiários e evitar fraudes, como acúmulo indevido de bolsas. **Tobias Pereira Soares Filho** (SE/SGA/MEC) agradeceu aos participantes e destacou a importância dos sistemas apresentados, como o SisPNAES e o SisBP (Bolsa Permanência), ressaltando sua relevância para o monitoramento e controle de dados dos programas da PNAES. Enfatizou que o acesso a essas informações é essencial tanto para a sociedade civil quanto para o governo, subsidiando a tomada de decisões. Reforçou o pedido para que os participantes registrem presença por meio do link compartilhado no chat. Mencionou também o Artigo 31 da Lei da PNAES, que estabelece o Sistema Nacional de Informações e Controle, e a obrigatoriedade das instituições federais de ensino em fornecer dados sobre a implementação e avaliação dos programas, sob pena de suspensão de repasses financeiros. **Artur Antônio dos Santos Araújo** (SESU/GAB/MEC) agradeceu aos apresentadores e destacou a maturidade operacional dos sistemas já existentes. Propôs iniciar o debate com a seguinte questão: como utilizar o SisBP para desenvolver um projeto piloto que atenda às exigências do Artigo 31, integrando os dados dos programas da PNAES de forma eficiente. Sugeriu discutir a arquitetura de dados necessária para essa integração e convidou os participantes a se inscreverem para contribuir com o debate. **Rafaela Campos Sardinha** (INEP) iniciou parabenizando as apresentações e destacou o desafio de integrar a área fim com a tecnologia da informação para transformar políticas públicas em sistemas efetivos de monitoramento e avaliação. Reconheceu o esforço do MEC e seus colaboradores nesse processo. Chamou atenção para o Artigo 31 da Lei da PNAES, que estabelece a obrigação das instituições de ensino superior de prestarem informações para receber recursos. No entanto, propôs ampliar o debate para incluir também a obrigação de transparência dessas informações, especialmente no retorno às instituições. Sugeriu que os dados sobre demanda e atendimento sejam disponibilizados de forma clara e acessível às universidades, por meio de painéis públicos, permitindo que as instituições compreendam como suas informações são utilizadas e como os critérios de avaliação impactam a alocação de vagas e recursos. Rafaela compartilhou sua experiência no INEP, especialmente na Diretoria de Estudos Educacionais, onde atuou no monitoramento do Plano Nacional de Educação (PNE). Citou como exemplo a obrigatoriedade legal de apresentar relatórios bianuais e painéis de indicadores, defendendo que o mesmo princípio de contrapartida à sociedade seja aplicado ao monitoramento da PNAES. Concluiu reforçando a importância de garantir que o sistema não apenas colete dados, mas também devolva informações úteis e compreensíveis às instituições e à sociedade, promovendo transparência e fortalecimento da política pública. Posteriormente, **Sandro Augusto Silva Ferreira** – Representante suplente da Andifes no GT iniciou sua fala destacando que a inclusão do debate sobre o SISPNAES na pauta do GT foi planejada desde o início, reconhecendo sua relevância estratégica. Ressaltou que, embora o sistema não seja citado nominalmente na Lei da PNAES, há um artigo que prevê a criação de um sistema nacional de informações, o que gerou expectativas e preocupações no âmbito do Fonaprace. Apontou duas preocupações principais: a forma de controle e responsabilização dos gestores, alertando para o risco de os sistemas de monitoramento serem utilizados de forma punitiva contra pró-reitores, especialmente em casos de falhas operacionais involuntárias. Citou o exemplo de um gestor responsabilizado por bolsas pagas indevidamente a um estudante falecido, devido à dificuldade de atualização mensal dos dados em instituições com grande volume de bolsistas. Possibilidade de bolsificação generalizada da assistência estudantil: mencionou que, em momentos anteriores, o SisPNAES foi cogitado como um mecanismo para centralizar e transformar toda a assistência estudantil em bolsas geridas diretamente pelo MEC. Essa proposta foi historicamente criticada pelo Fonaprace, que defende a autonomia das universidades na gestão dos recursos e na definição dos critérios de aplicação conforme suas realidades locais. Sandro reconheceu que o Programa Bolsa Permanência (BP), apesar de ter nascido sob críticas por centralizar recursos, evoluiu positivamente ao se consolidar como política voltada a estudantes indígenas e quilombolas. Destacou melhorias como o fluxo contínuo de inscrições e maior transparência na gestão, além do apoio constante da equipe do MEC, especialmente de Adriana e Artur. Além disso, elogiou a estratégia adotada pelo MEC na construção do SisPNAES, destacando o trabalho de Érica e Dourado, que foi bem recebido pela comunidade do Fonaprace e pelos servidores que atuam na gestão e repasse de dados. Sandro destacou que o processo de construção do SISPNAES foi marcado por avanços significativos e por uma escuta ativa das universidades, gerando um quadro de satisfação geral com a forma como o sistema vem sendo desenvolvido. No entanto, apontou que ainda há dificuldades operacionais enfrentadas por gestores na consolidação e lançamento de dados conforme os padrões exigidos pelo sistema. Defendeu que, durante esse período de adaptação, seja mantida uma compreensão de provisoriedade quanto às exigências, reconhecendo

que a ausência de dados em alguns casos não deve ser interpretada como descumprimento, mas como parte do processo de ajuste. Ressaltou a postura colaborativa do MEC, que tem prorrogado prazos e demonstrado tolerância diante das dificuldades enfrentadas pelas instituições. Sandro reforçou que, embora o SisPNAES seja um sistema de controle e monitoramento, sua maior expectativa é que ele se consolide como uma ferramenta de avaliação da política de assistência estudantil, contribuindo para sua constante atualização e qualificação. Citou o professor Alexandre Brasil, que já havia defendido essa perspectiva em reuniões da Andifes. Apontou que o sistema pode ser essencial para avaliar a eficácia da distribuição de recursos entre as universidades, destacando que há desigualdades graves na alocação orçamentária — com instituições que atendem perfis mais vulneráveis recebendo menos recursos que outras com menor demanda social. O SisPNAES pode ajudar a identificar essas disparidades e subsidiar correções, promovendo justiça distributiva. Concluiu reiterando que o papel do sistema, conforme previsto no Artigo 31 da Lei da PNAES, deve ir além do controle, atuando como instrumento de avaliação da eficácia e da equidade na aplicação dos recursos públicos. Após, **Letícia Holanda (Diretora de Relações Institucionais da UNE)** iniciou sua fala destacando a importância do espaço de debate sobre o monitoramento da política de assistência estudantil. Representando a UNE e como estudante da Universidade Federal do Acre, compartilhou dúvidas e sugestões baseadas na vivência estudantil e no acompanhamento da entidade. Apontou as seguintes questões: Registro de atrasos nos pagamentos: questionou se o sistema registra apenas a concessão da bolsa ou também o momento em que o recurso é efetivamente repassado ao estudante. Relatou casos em que estudantes cumpriram os critérios, mas receberam valores com atraso ou de forma incompleta; Demanda reprimida e indeferimentos: perguntou se o sistema registra o número de solicitações não atendidas e os motivos dos indeferimentos. Sugeriu que essa informação seria essencial para retratar a real demanda e aprimorar a política; Classificação dos indeferimentos: sugeriu que o sistema diferencie os casos de indeferimento por erro documental, falhas de processo ou não cumprimento dos critérios socioeconômicos, considerando que muitos estudantes perdem o auxílio por questões burocráticas; Confirmação discente: propôs a criação de um módulo no sistema que permita ao estudante validar se recebeu a bolsa conforme registrado pelo gestor, fortalecendo a transparência e a credibilidade do sistema e ; Participação das entidades estudantis: reforçou o interesse da UNE em acompanhar e contribuir com o aprimoramento do monitoramento da assistência estudantil, garantindo que a política seja efetiva e condizente com a realidade dos estudantes. **Tobias Pereira Soares Filho** agradeceu a contribuição de Letícia Holanda, destacando a relevância das questões levantadas para o aprimoramento da política de assistência estudantil. Reforçou a importância da participação da sociedade civil e suas organizações na construção de sistemas que reflitam a realidade dos estudantes. **Rafaela Campos Sardinha** complementou sua fala anterior, ressaltando que, em sistemas em constante evolução, é essencial promover testes com usuários reais. Compartilhou a experiência do INEP na construção de um painel de dados da educação superior, em parceria com a Universidade Federal de Santa Maria, onde foi realizada uma amostragem com pesquisadores institucionais de diversas instituições para testar o sistema. Destacou que o feedback dos usuários na ponta é fundamental para identificar demandas e ajustes necessários. Embora o foco seja técnico, essas interações podem gerar insumos relevantes para aprimorar a legislação da PNAES, reforçando a importância de envolver diferentes perfis institucionais no processo de desenvolvimento e validação dos sistemas. Posteriormente, a palavra foi repassada a **Alexandre Brasil Carvalho da Fonseca** (SESU) que lembrou que, ao assumir a gestão em 2023, encontrou um sistema em desenvolvimento na SESu que era altamente centralizado e focado exclusivamente em bolsas, com pouca articulação com a autonomia universitária. Por entender que esse modelo não atendia às demandas das instituições, o projeto foi interrompido. Comentando a fala de Dourado, Alexandre destacou a importância das interoperabilidades do sistema, especialmente no que diz respeito à integração com os sistemas já utilizados pelas universidades. Sugeriu que, ao desenvolver módulos para instituições com pouca estrutura, o MEC também considerasse diálogos técnicos com sistemas institucionais existentes, como os desenvolvidos pela UFRN, que são amplamente utilizados por outras universidades e institutos. Defendeu que o sistema nacional não deve obrigar as instituições a adotarem uma única plataforma, mas sim oferecer compatibilidade via APIs e processos de integração, respeitando as especificidades locais e fortalecendo a autonomia universitária. **Tobias Pereira Soares Filho** agradeceu a fala de Alexandre e informou que, na sequência, a palavra seria passada para representantes da assistência estudantil e para Natália da Matta, antes de retornar para Marcelo e Dourado, que poderiam responder às questões levantadas ao longo da reunião.

Após essa rodada, novas inscrições seriam retomadas. **Cíntia Pereira** (Colégio Pedro II/Representante do CONIF) iniciou sua fala representando o CONIF, substituindo a titular Veruska, e reforçou as contribuições anteriores de Sandro, Letícia e Rafaela sobre a importância do SisPNAES como instrumento de avaliação da política de assistência estudantil. Destacou a percepção sobre o tempo de uso do sistema, ressaltando que embora Dourado tenha mencionado seis meses de operação, relatou que, na prática, o processo foi tão intenso que pareceu mais longo, especialmente devido à carga de trabalho envolvida. Também destacou as limitações nos relatórios gerados pelo sistema, apontando que, no caso do Colégio Pedro II, o relatório do SisPNAES considera apenas os estudantes que recebem bolsa, ignorando os que recebem benefícios indiretos, como alimentação, o que distorce a realidade da assistência prestada. Também mencionou a dificuldade na interpretação dos dados financeiros. Mencionou que os valores apresentados nos relatórios são agregados de forma genérica, dificultando a compreensão e justificativa dos dados, especialmente quando há estudantes com diferentes tipos e quantidades de bolsas. Além disso, destacou os desafios operacionais, relatando que o preenchimento do sistema foi árduo, pois a instituição ainda utiliza planilhas Excel, exigindo esforço para consolidar e alinhar informações de diversas fontes. Ressaltou, ainda, a expectativa positiva com os módulos de apoio: expressou entusiasmo com a possibilidade de o sistema oferecer ferramentas para inscrição online e integração com outros sistemas, o que pode facilitar significativamente o trabalho das instituições com menor estrutura tecnológica. Finalizou solicitando que Dourado compartilhasse mais detalhes sobre essas funcionalidades futuras, especialmente sobre integração com sistemas institucionais e apoio à gestão de editais e inscrições. Após, **Nathalia da Mata (Fórum de Políticas Estudantis do CONIF/FPE)** iniciou sua fala parabenizando o trabalho da equipe responsável pelo desenvolvimento do SisPNAES, especialmente Dourado, destacando a eficiência e intensidade do trabalho realizado nos últimos seis meses. Apontou os seguintes pontos de atenção e sugestões: Infraestrutura limitada nas instituições: ressaltou que muitas instituições da rede federal ainda operam com planilhas Excel e não possuem estrutura tecnológica ou equipe de TI suficiente para gerir políticas complexas como a assistência estudantil, destacando que isso dificulta a alimentação adequada do sistema; Importância de ferramentas de apoio: elogiou as perspectivas de melhorias apresentadas, como inscrição online de candidatos, integração com outros sistemas, dashboards interativos e governança de dados, considerando essas funcionalidades como fundamentais para a gestão da assistência estudantil; Fidedignidade dos dados lançados: expressou preocupação com a qualidade e representatividade dos dados inseridos no sistema, considerando que muitas instituições enfrentam dificuldades desde a compreensão dos conceitos até a transposição dos dados para o formato exigido pelo sistema; Necessidade de preparação institucional: sugeriu que o GT reflita sobre uma etapa preparatória para que as instituições estejam aptas a alimentar o sistema de forma correta e consistente, garantindo que o monitoramento e avaliação da política sejam confiáveis; Devolutiva para a gestão local: destacou que, até o momento, as instituições têm sentido aumento de trabalho, mas ainda não percebem retorno prático do sistema para a gestão local da assistência estudantil. Reforçou a importância de que o sistema também ofereça suporte e informações úteis para os gestores na ponta e, por fim, questionou se os institutos federais estão obrigados a lançar dados referentes ao ano de 2023, considerando que a legislação entrou em vigor em 2024 e que esse tipo de coleta não era rotina nos institutos, o que tornaria o processo mais difícil e menos preciso. **Tobias Pereira Soares Filho** informou que, em relação à dúvida levantada por Nathalia da Mata sobre a obrigatoriedade da inserção de dados de 2023 pelos Institutos Federais (IFs), essa inserção não é obrigatória. O módulo foi disponibilizado para os IFs que desejassem contribuir, mas não há exigência formal para esse período. Após, a palavra foi repassada a Marcelo para responder aos questionamentos levantados, ao que **Marcelo da Silva Venceslau** iniciou agradecendo e reconhecendo a dinâmica proativa do GT, destacando a importância da empatia da equipe de TI com os desafios enfrentados pelas coordenações de assistência estudantil. Reforçou que o papel da TI é compreender e apoiar a execução da política pública. Comentando a fala de Sandro, Marcelo reconheceu a relevância da discussão sobre justiça distributiva e apontou que, embora o sistema possa oferecer subsídios, a avaliação da equidade na distribuição de bolsas depende de variáveis externas e da aplicação por parte dos gestores. Citou o formulário socioeconômico utilizado no SisBP, com cerca de 24 questões, como ferramenta que pode auxiliar os pró-reitores na tomada de decisão mais justa diante de limitações de vagas. Sobre as dúvidas levantadas por Letícia (UNE), Marcelo esclareceu que, em relação aos atrasos nos pagamentos, o SisBP é responsável pela articulação da solicitação de pagamento, mas a execução é feita pelo FNDE. Reconheceu que há casos de

atraso, mas afirmou que os pagamentos são realizados. Indicou que os alunos podem acompanhar o status dos pagamentos tanto pela interface privada do SisBP quanto pela ferramenta pública do FNDE, disponível online. No tocante aos motivos de indeferimento, explicou que a responsabilidade pela autorização ou indeferimento é do pró-reitor, conforme previsto na Portaria. Explicou que o sistema organiza o fluxo de responsabilidades, mas não interfere na decisão. Citou casos em que o indeferimento ocorre por critérios estratégicos, como priorização de alunos em início de curso. Marcelo finalizou reforçando que o sistema é uma ferramenta de apoio, e que sua eficácia depende da forma como os dados são utilizados pelos gestores. Sugeriu que futuras versões do sistema poderiam ser mais inteligíveis e orientadas por indicadores, para apoiar decisões mais justas na ponta. **Alexandre Dourado** iniciou esclarecendo que os sistemas SisBP e SisPNAES são plataformas distintas, com objetivos diferentes: O SisBP é o Sistema de gestão do Programa Bolsa Permanência, que acompanha desde a inscrição do estudante até o pagamento e prestação de contas, enquanto o SisPNAES é o sistema voltado à prestação de contas da política de assistência estudantil, com foco na centralização e padronização dos dados para análise e monitoramento. Destacou que o SisPNAES já realiza integração com o SisBP, buscando dados para compor os relatórios de prestação de contas. Sobre a interoperabilidade com sistemas institucionais, Dourado explicou que o SisPNAES foi estruturado para receber dados via API, embora essa funcionalidade ainda não esteja implementada. Explicou que a arquitetura do sistema já está preparada para permitir que universidades com sistemas próprios possam enviar dados diretamente, sem necessidade de planilhas. Mencionou que algumas instituições já automatizam a geração das planilhas exigidas pelo SisPNAES, o que agiliza o processo de preenchimento. Em outros casos, as universidades preferem manter o processo manual para realizar uma validação interna dos dados antes do envio. Sobre a criação de um sistema de apoio à gestão da política, especialmente para instituições com menor estrutura tecnológica, Dourado apontou como caminho inicial a implementação de módulos de inscrição online. Isso permitiria que os dados dos estudantes fossem capturados diretamente no sistema, eliminando a necessidade de coleta manual de informações como faixa de renda e data de nascimento. Dourado reforçou que os sistemas SisBP e SisPNAES são distintos, com finalidades diferentes já que o SisBP acompanha a execução do Programa Bolsa Permanência, incluindo inscrição, pagamento e prestação de contas e o SisPNAES está voltado à prestação de contas da política de assistência estudantil, com foco na centralização e padronização dos dados. Explicou que o SisPNAES já se comunica com o SisBP para compor os dados de prestação de contas, mas que são sistemas independentes em estrutura e operação. Sobre a interoperabilidade, esclareceu que o sistema já está tecnicamente preparado para receber dados via API, embora essa funcionalidade ainda não esteja ativa. Ressaltou que algumas universidades já automatizam a geração das planilhas exigidas, enquanto outras preferem manter o processo manual para realizar validações internas. Em relação à gestão de editais, Dourado reconheceu a complexidade de padronizar processos entre instituições com diferentes formas de operação. Propôs uma solução simples e inicial, voltada à redução do trabalho na prestação de contas, por meio de alinhamento entre a tipificação usada pelas universidades e a exigida pelo sistema. Sobre a execução de pagamentos, destacou que, ao contrário do SisBP, o SisPNAES não centraliza a ordem de pagamento, que permanece sob responsabilidade das instituições. Isso exigirá estudo técnico para definir como o sistema pode apoiar esse processo sem interferir na autonomia financeira das universidades. Reforçou que a coleta de dados de 2023 é obrigatória apenas para universidades, conforme definido em reunião da SESu. Para os institutos federais, o preenchimento é opcional. Por fim, destacou que, apesar das dificuldades iniciais, o uso do sistema tem se tornado mais sólido e eficiente, com melhorias perceptíveis entre as etapas de coleta de dados. Reiterou sua disposição para apoiar as instituições e informou que a implementação de um sistema de apoio à gestão da política, com funcionalidades como inscrição online, depende da definição de uma liderança dentro do MEC para conduzir o desenvolvimento. Posteriormente, **Adriana Carla Teixeira da Costa Brito** (DIPPES/SESu), gestora do Programa Bolsa Permanência (PBP), iniciou sua fala respondendo aos questionamentos de Sandro e complementando as informações apresentadas por Marcelo. Destacou o compromisso da equipe em garantir a regularidade dos pagamentos e a melhoria contínua do sistema. Sobre o histórico de estudantes bolsistas, destacou que o SisBP já apresenta o histórico completo de estudantes que foram bolsistas anteriormente. No entanto, ainda há dificuldades em obter dados de matrícula de estudantes que ingressaram por outras instituições, devido à ausência de um sistema acadêmico nacional unificado. A respeito da declaração da Funai, afirmou que embora exista um ofício da Funai, o sistema ainda exige a declaração conforme previsto na Portaria nº 1999,

por questões de auditoria. Adriana sugeriu que o GT avalie a possibilidade de atualização normativa, o que permitiria a retirada dessa exigência do sistema. Sobre as atualizações e sugestões do Fonaprace, explicou que a equipe do Programa Bolsa Permanência tem recebido sugestões formais do Fonaprace e está avaliando tecnicamente cada uma delas, considerando a viabilidade de implementação sem comprometer as regras já estabelecidas no sistema. No tocante às dúvidas sobre atrasos no pagamento, buscou esclarecer se a dúvida de Letícia (UNE) sobre atrasos se referia ao Bolsa Permanência ou à assistência estudantil via PNAES. Explicou que, no caso do PBP, os atrasos podem ocorrer por diversos motivos, como dados bancários incompatíveis com o FNDE ou acúmulo indevido de bolsas (ex.: estudante recebendo simultaneamente bolsa da CAPES e do PBP). Adriana destacou o compromisso com os prazos, afirmando que desde 2023, nenhum mês deixou de ter pagamentos realizados. Ressaltou que a equipe do MEC trabalha até o último dia do mês, inclusive em horários estendidos, para garantir que os pagamentos sejam autorizados e enviados ao FNDE. Quando há atraso por parte das instituições, o sistema é reaberto para permitir a homologação. Adriana compartilhou sua vivência como servidora da UFMS e usuária de sistemas como o da UFRN para gestão de editais. Reforçou que, antes do SisPNAES, os dados eram enviados ao MEC por meio de planilhas, dificultando a consolidação e análise. Agora, com o sistema, há maior capacidade de organização e monitoramento. Sobre a perspectiva de evolução do sistema, reforçou que o SisPNAES pode se tornar uma ferramenta de gestão, não apenas de prestação de contas, permitindo entrada de estudantes, gestão de vagas e recursos, e acompanhamento da política de forma integrada. Adriana reforçou que, desde que assumiu a gestão do Programa Bolsa Permanência (PBP) em 2023, nenhum mês deixou de ter pagamentos realizados e que embora existam situações pontuais de atraso, todas são tratadas individualmente, com análise caso a caso. Explicou que o processo de pagamento envolve três etapas principais: homologação pelo pró-reitor; autorização pelo gestor MEC e; execução do pagamento pelo FNDE, que envia os dados ao banco. Destacou que o MEC segue um calendário mensal de homologações, compartilhado com os pró-reitores. Mesmo em situações de atraso por parte das instituições, o MEC reabre o sistema para permitir a homologação e garantir que os estudantes não fiquem sem receber. Reiterou a importância da bolsa para os estudantes e o esforço contínuo para assegurar sua regularidade. Finalizou informando que Letícia (UNE) havia solicitado nova inscrição para fala, e se colocou à disposição para retornar caso haja mais dúvidas ou contribuições. Em seguida, **Letícia Holanda** (UNE) apresentou reflexões sobre a construção do sistema de monitoramento dos programas da PNAES, destacando a importância de que ele permita identificar eventuais falhas ou atrasos na execução, especialmente em nível local. Relatou sua experiência como bolsista de assistência estudantil, apontando que, mesmo com o orçamento disponível, havia atrasos na liberação das bolsas por questões internas das universidades. Propôs a criação de uma ferramenta de feedback dentro do sistema, que permita aos discentes reportar problemas e contribuir com sugestões, fortalecendo a transparência e a efetividade da política. Posteriormente, **Tobias Pereira Soares Filho** agradeceu a contribuição e passou a palavra à **Adriana Carla Teixeira da Costa Brito**, que complementou informando que o SisBP já disponibiliza o cronograma de pagamentos e links de consulta das bolsas, o que pode servir de referência para o SisPNAES. Sugeriu que o percurso dos pagamentos seja visível aos estudantes e considerou viável a proposta de Letícia sobre o canal de feedback, mencionando que já existe um canal por e-mail, mas que será avaliada a possibilidade de incorporar essa funcionalidade diretamente no sistema, visando melhorias contínuas para os usuários. Posteriormente, **Amanda Machado dos Santos Duarte** (SETEC/GAB/MEC) realizou uma síntese da discussão, destacando a produtividade do encontro e a relevância das contribuições de Dourado, Marcelo e Alexandre Brasil. Ressaltou a diversidade de sistemas utilizados pelas instituições de ensino, como o SUAP, amplamente adotado pelos Institutos Federais, e compartilhou sua experiência com o módulo de assistência estudantil desenvolvido coletivamente no Instituto em que atuava, o SigPay, posteriormente integrado ao SUAP. Amanda reforçou a importância da comunicação entre os sistemas institucionais e o sistema nacional (SisPNAES), especialmente no que diz respeito ao acompanhamento dos auxílios pelos estudantes. Destacou que sistemas como o SUAP permitem aos discentes visualizar informações detalhadas sobre os auxílios recebidos, como tipo, valor e data prevista de pagamento. Ela também mencionou o Portal da Transparência como ferramenta complementar para consulta pública de dados sobre repasses e beneficiários, reforçando a importância da transparência e da integração de informações para a regulamentação do Artigo 31 da Lei da PNAES. Finalizou destacando que, embora existam sistemas institucionais avançados, ainda há desigualdade entre as instituições, o que torna essencial a ampliação do

acesso e da padronização tecnológica. **Tobias Pereira Soares Filho** agradeceu as contribuições e iniciou a síntese dos principais pontos discutidos na reunião. Destacou: a importância da tradução dos dados dos painéis para a sociedade, por meio de relatórios acessíveis e transparentes; a necessidade de cuidado com o uso indevido dos dados dos estudantes, por organizações externas; a relevância da descentralização da gestão da assistência estudantil, respeitando a autonomia das instituições; as exigências relacionadas ao SisPNAES, conforme discutido por Alexandre Dourado, e o papel do sistema de monitoramento e controle na promoção de justiça na distribuição dos recursos; a proposta de permitir que os estudantes acompanhem os dados das bolsas, conforme complementado por Adriana; a importância da utilização dos sistemas pelos diversos segmentos da sociedade civil, para ajustar indicadores e melhorar a usabilidade; o diálogo entre o SisPNAES e os sistemas próprios das universidades e institutos, visando integração e eficiência; a dificuldade de mensurar os benefícios indiretos, conforme apontado por Cíntia, e a necessidade de aprimorar os indicadores. Também citou o reforço sobre a melhoria contínua dos painéis, conforme apresentado por Alexandre Dourado; a valorização dos seis meses de trabalho dedicados à construção dos sistemas da PNAES, e a importância de retornar às instituições com os resultados e avanços. Por fim, citou a autonomia institucional no processo de implementação e priorização da distribuição dos recursos e a relevância do Portal da Transparência como ferramenta de monitoramento e consulta pública. **Sandro Augusto Silva Ferreira** propôs como encaminhamento a definição do calendário das próximas reuniões extraordinárias e a retomada da discussão sobre o programa Propep, considerando o interesse recente manifestado pela Sra. Laís Abramo (MDS) em contribuir com o debate. Tobias também reforçou a fala de Lucas Piaia (ANPG), registrada no chat, sobre a necessidade de segmentação dos dados da Bolsa Permanência por categorias: secundaristas, graduandos e pós-graduandos. **Rafaela Campos Sardinha** sugeriu que o texto normativo que trata do sistema de monitoramento e controle dos programas da PNAES incorpore um mecanismo de publicidade dos dados, como uma publicação anual ou outro tipo de exposição periódica, garantindo feedback social e transparência. A proposta, segundo ela, visa fortalecer o vínculo entre o sistema e a sociedade civil. **Tobias Pereira Soares Filho** acolheu a sugestão e, não havendo objeções quanto às atas da primeira reunião extraordinária e da sexta reunião ordinária, considerou-as aprovadas. Posteriormente, **Artur Antônio dos Santos Araújo** (SESU/GAB/MEC) complementou a fala de Rafaela, explicando que o Grupo de Trabalho (GT) irá elaborar dois instrumentos normativos: Instrução Normativa – voltada à operacionalização do sistema, definindo os papéis e responsabilidades dos envolvidos e o Decreto – que estabelecerá as bases legais para o funcionamento do sistema de informações e controle, conforme previsto no Artigo 31 da Lei da PNAES. Informou que um consultor apoiará a elaboração das minutas desses documentos, que serão posteriormente submetidos à consulta e diálogo com os participantes do GT. Encerrou agradecendo a todos pela participação ativa e destacou que a reunião representou um avanço significativo, saindo da discussão conceitual para uma proposta concreta de estrutura e princípios do sistema. **Tobias Pereira Soares Filho** (SE/SGA/MEC) informou que a segunda reunião extraordinária do GT PINAIS ocorrerá na terça-feira, 23 de setembro, no mesmo horário, com foco no aprofundamento sobre o Programa Incluir. **Artur Antônio dos Santos Araújo** (SESU/GAB/MEC) sugeriu que, na próxima reunião, seja avaliada a possibilidade de incluir uma nova rodada de discussão sobre o PROPEP, conforme proposto por Sandro Augusto Silva Ferreira, e também sobre o PAES, considerando o interesse recente do Ministério da Saúde em debater temas relacionados à saúde mental e prevenção ao suicídio. A proposta é revisar o calendário de reuniões e ajustar a agenda conforme o andamento dos trabalhos. **Alexandre Brasil Carvalho da Fonseca** (SESU) reforçou a importância de mapear os ministérios envolvidos com cada programa, como o MDS no caso da parentalidade e o Ministério da Saúde no caso do PAES, para garantir articulação interministerial durante o processo de regulamentação. **Tobias** finalizou a reunião agradecendo a todos pela participação e declarou encerrada a sétima reunião ordinária do GT PNAES, informando que os encaminhamentos e propostas serão retomados na próxima reunião. Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada às 12h36min.



Documento assinado eletronicamente por **Artur Antônio dos Santos Araújo, Coordenador(a)-Geral**, em 04/11/2025, às 12:41, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento da Portaria nº 1.042/2015 do Ministério da Educação.



Documento assinado eletronicamente por **Fabio da Silva Paiva, Gerente de Projeto**, em 04/11/2025, às 14:29, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento da Portaria nº 1.042/2015 do Ministério da Educação.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mec.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **6265234** e o código CRC **7922D4DE**.
